



Número: **0817860-59.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **04/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA (AUTOR)		RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62488976	06/11/2020 12:13	Petição Inicial	Petição Inicial
62488977	06/11/2020 12:13	1 - COMP ADM	Outros documentos
62488978	06/11/2020 12:13	3 - DOCS PESSOAIS	Outros documentos
62490179	06/11/2020 12:13	5 - COMP DE RESIDENCIA	Outros documentos
62490181	06/11/2020 12:13	6 - DOCS MEDICOS	Outros documentos
62490182	06/11/2020 12:13	7 - DUT	Outros documentos
62490183	06/11/2020 12:13	8- BO	Outros documentos
62490184	06/11/2020 12:13	Declaração de Hipossuficiencia	Outros documentos
62490185	06/11/2020 12:13	Procuração Judicial RAPHA	Outros documentos
62490187	06/11/2020 12:13	ADRIEL PETIÇÃO INICIAL	Petição
62495637	09/11/2020 08:06	Decisão	Decisão
62564688	09/11/2020 16:52	Intimação	Intimação
62687666	12/11/2020 10:51	Registro Ciência	Outros documentos
63621272	11/12/2020 08:00	Despacho	Despacho
63711215	11/12/2020 10:39	Citação	Citação

Em anexo



Buscar no site

A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPRENSA

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180343796 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS




BENEFICIÁRIO ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 70092458432

Posição em 20-08-2019 08:25:26

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
08/09/2018	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ui__OKJOiYSn0rRRuF8DIapi_key=X3ndwUbwtb34EZmjpqEBc__M+KyWYUgXnefIPA+zZgJY=)
17/08/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/693t4Aov1KsjHEMMZapi_key=X3ndwUbwtb34EZmjpqEBc__M+KyWYUgXnefIPA+zZgJY=)
10/08/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/3RQK4+k9bprsVV1sX8api_key=X3ndwUbwtb34EZmjpqEBc__M+KyWYUgXnefIPA+zZgJY=)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RN

NOME
ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
240602699530 MD RN

CPF
700.924.584-32

DATA NASCIMENTO
31/05/1997

FILIAÇÃO
**FRANCISCO DE ASSIS
AMARO DE OLIVEIRA
ANTONIA ALZINEIDE DE
OLIVEIRA**

PERMISSÃO
AB

ACC
AB

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06712130274

VALIDADE
19/07/2021

1ª HABILITAÇÃO
29/09/2016

OBSERVAÇÕES

Adriel Lucas A. de Oliveira

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO
04/10/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1484786243

PROIBIDO PLASTIFICAR
1484786243

Vitima





CAERN - 08.334.385/0001-35

Nº Documento: 2017075786998

ESCRITÓRIO ESC DIST LESTE

MATRÍCULA 00578699.8	CLIENTE FRANCISCO DE ASSIS AMARO OLIVEIRA	CPF/CNPJ: 792.473.854-15	VENCIMENTO 20/07/2017
INSCRIÇÃO 307.018.987.0088.000	ENDEREÇO DO IMÓVEL RUA CHICO PEREIRA, N 12 - PLANALTO 13 DE MAIO MOSSORO RN 59600-000	ROTA DE ENTREGA 12.2474	FATURA 07/2017-7
RESPONSÁVEL	ENDEREÇO PARA ENTREGA	ÁGUA LIGADO	ESGOTO LIGADO

ÚLTIMOS CONSUMOS				LEITURA		CONSUMO		CONSUMO/DIA
				ANTERIOR	ATUAL	(M³)	DIAS	(M³)
06/2017 -	0-38	05/2017 -	1	73	73	0	29	0,00
04/2017 -	0-38	03/2017 -	0-38	08/06/2017	07/07/2017			
02/2017 -	0-38	01/2017 -	0-38					
ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR						
1	0	R 38 5290						

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS	CONSUMO POR FAIXA	VALOR R\$
ÁGUA RESIDENCIAL 001 UNIDADE CONSUMO DE ÁGUA ESGOTO 70,00 % DO VALOR DA ÁGUA MULTA P/IMPONTUALIDADE 06/2017 JUROS DE MORA 11/2016 ATUALIZAÇÃO MONETARIA 11/2016	0 M3	38,32 26,82 1,30 3,96 0,79

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	65,14	1,65	1,07
COFINS	65,14	7,6	4,95
TOTAL R\$			60,19

PROTOCOLO

RECEBIDO

26 JUL. 2018

TERRA DO SOL ADM

SECRETARIA DE SEGS

MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUIDA (Decreto nº 5.440/05 e Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde).					
GERÊNCIA REGIONAL: REGIONAL OESTE			Mês/Ano: 06/2017		
Parâmetros	Turbidez	pH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	5,0	6,0 A 9,5	% DE AUSENCIA	0,2 A 2,0 MG/L	<= 10,0 MG/L
Valores obtidos	0,90	8,08	99,19	1,70	

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido em: 28/08/2017

Emitido por: INTERNET

MATRÍCULA
00578699.8INSCRIÇÃO
307.018.987.0088.000ROTA DE ENTREGA
12.2474FATURA
07/2017-7NÃO RECEBER APÓS
31/10/2017

VENCIMENTO

20/07/2017

VALOR R\$

71,19

GRUPO: 91

FIRMA: 1

VIA CAERN

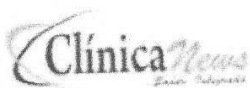
82650000000-3 71190006307-6 00578699801-2 07201770003-9



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

11/06/2018

ControleMÉDICO



Clínica News
029.472.731/0001-11
Av Rio Branco, 1118 Centro
59600-145 - Mossoró - RN
Fone (84) 3114-0858

LAUDO MÉDICO

Paciente

ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

CPF 700.924.584-32 RG 240802699530

Paciente vítima de trauma com fratura exposta de 5º MTT em tratamento conservador em uso de imobilização. No momento sem condições de realizar suas atividades de vida diária devido manter segmento do membro imobilizado.

CID 10: S92.3

Drª Nayara G. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM 10723

Mossoró, segunda-feira, 11 de junho de 2018

NAYARA GOMES REIS DE SOUZA -
Ortopedista e Traumatologista
Clínica News
029.472.731/0001-11
Av Rio Branco, 1118 Centro
59600-145 - Mossoró - RN

Autenticação

11AC7544-9DD7-47C5-A92F-1E1FA09334BE

Emitido por *Nayara* através da plataforma **ControleMédico** em 11/06/2018 15:34:40 — <https://aplicativo.net>



15/05/20

Ortopedia

Quinto No 510022.

Revisão do caso.

Lição + Sessão.

Do Pm

Dr. Vicente Andrade
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
CRM-5592 - TEOT 10481

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
CÓPIA CONFORME O ORIGINAL
BAME MOSSORÓ 06/06/2018
SIME/ARQUIVO





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Encaminhado (Ao HRTM)

Encaminhado o paciente Adriel
Lucas Araujo de Oliveira, 20 anos
vítima de colisão motorista no to-
pô do veículo. Mergulho de
consciência e vômitos

A - VASZINER 500mg, 1x1, com
B - MUPH 100mg, 1x1, com

C - pulsos claros, simétricos e suaves
D - Glasgow 15, pupila 3x4mm e 3x4mm

E - Remoção em 5 pontos de pele
(Fator exposto??)

D - Encaminhado para UTI

Data:

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-4830 - Mossoró - RN

UPA BH São Pedro



Forp:

- Dignez - 2^a IM

- Voltan - 2^a IM

Dr. Carlos A. S. Júnior
CRM 8348
CREM 17326



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 8965/0262 Nº 012529137961
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 Cód. RENAVAM 00135707951 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2016

NOME

FRANCISCO DE ASSIS AMARO DE OLIVEIRA

CPF / CNPJ

792.473.854-15

PLACA

RZK1322

PLACA ANT / UF

RZK1322/RN

CHASSI

9C2J041109R023463

ESPÉCIE TIPO

PASSEIRO/MOTOCICLETA/VAO - APLICAVE

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN ME

ANO FAB.

2009

ANO MOD.

2009

CAP / POT / CIL

OCV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

AZUL

COTA ÚNICA

R\$ 0.00

VENC. COTA ÚNICA

15/05/2016

VENC. / COTAS

1º PAGO

IPVA

FAIXA IPVA

002844 3X

PARCELAMENTO / COTAS

R\$ *****

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

*** TAXAS DETRAN: PAGO

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

MOTOR: JC41E19023463 DE PORTE OBRIGATORIO
NÃO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

LOCAL

MOSSORO/RN

DATA

19/05/2016

Assinado eletronicamente por: RAPHAELE DAYANNA CORTEZ CABRAL - 06/11/2020 12:13:36
https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110612133593900000059929592
Número do documento: 20110612133593900000059929592

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

RN Nº 012529137961 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2016

DATA EMISSÃO

19/05/2016

VIA

1

CPF / CNPJ

792.473.854-15

PLACA

RZK1322

RENAVAM

00135707951

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN ME

ANO FAB.

2009

CAT. TARIF.

9

Nº CHASSI

9C2J041109R023463

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.245.005/0001-04
www.seguradoralider.com.br

PROTOCOLO
RECEBIDO
26 JUL. 2016
TERRA DO SOL ADM
SECRETARIA DE SEGS.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ
Endereço: AV. PRESIDENTE DUTRA, S/N, ALTO DE SÃO MANOEL, MOSSORÓ

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018070000807
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 11/06/2018 10.37.44
1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 23/05/2018 17.30.00
2.3 Fato: Consumado
2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo
2.6 Tipo do local: Via Pública
2.8 Número: 0
2.10 Complemento:
2.12 Bairro: ALTO DE SÃO MANOEL
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Desconhecida
2.4 Flagrante: Não
2.7 Logradouro: PRESIDENTE DUTRA EM FRENTE MORNANDINHO
2.9 CEP:
2.11 Ponto de Referência:
2.13 Cidade: MOSSORÓ

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA
3.3 Nome Social:
3.5 Etnia: Branca
3.7 Sexo: MASCULINO
3.9 CPF: 70092458432
3.11 Nacionalidade:
3.13 Profissão: ESTUDANTE
3.15 Telefone(s): 84 999119123
3.17 Número: 12
3.19 Bairro: PLANALTO 13 DE MAIO
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE
3.23 Cidade: MOSSORÓ

3.2 Estado civil: Solteiro(a)
3.4 Pai: FRANCISCO DE ASSIS AMARO DE OLIVEIRA
3.6 Mãe: ANTONIA ALZINEIDE DE OLIVEIRA
3.8 Orientação Sexual: Ignorado
3.10 Identidade de Gênero: Ignorado
3.12 Data de Nascimento: 31/05/1997
3.14 RG: 240802699530
3.16 Passaporte:
3.18 Naturalidade: MOSSORÓ
3.20 E-Mail:
3.22 Logradouro: RUA CHICO PEREIRA
3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não
7.1.3 Chassi: 9C2JC41109R023463
7.1.5 Placa: MZK1322
7.1.7 Marca: HONDA
7.1.9 Ano do Modelo: 2009
7.1.11 Cor do veículo: AZUL
7.1.13 Nota Fiscal:
7.1.15 Nome do proprietário: FRANCISCO DE ASSIS AMARO DE OLIVEIRA
7.1.17 Nome do condutor: ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA
7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:
7.1.4 Renavam: 00135707951
7.1.6 Estado: RIO GRANDE DO NORTE
7.1.8 Modelo: CG 125 FAN KS
7.1.10 Ano de Fabricação: 2009
7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA
7.1.14 Número do Motor:
7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

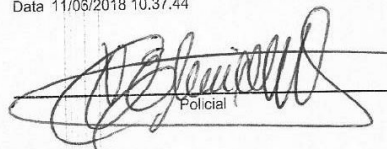
O COMUNICANTE COMPARECEU A ESSA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL NOTICIANDO QUE DIA HORA ACIMA MENCIONADO SOFREU UM ACIDENTE DE TRANSITO QUANDO VINHA PILOTANDO A MOTO ACIMA QUALIFICADA NA AVENIDA PRESIDENTE DUTRA SENTIDO ALTO SÃO MANOEL EM DIREÇÃO AO CENTRO DE MOSSORÓ QUANDO UMA OUTRA MOTO ATRAVESSOU NA FRENTE DA VÍTIMA CAUSANDO A COLISÃO, A VÍTIMA CAIU E SOFRENDO LESÕES FOI SOCORRIDO POR POPULARES E ENCAMINHADO PARA O UPA DO BELO HORIZONTE E DEPOIS TRANSFERIDO PARA O HRTM CONFORME A FICHA DE ATENDIMENTO DE NÚMERO 13273/2018.

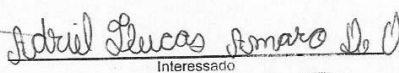
9.2 Informações do CIOSP

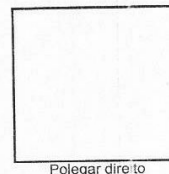
10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.
Data 11/06/2018 10.37.44


Policial


Interessado

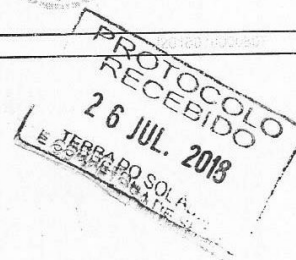

Polegar direito

Atendimento: 169251-8 - MARIA ELENICE MARTINS AZEVEDO

Impresso por: 169251-8 - MARIA ELENICE MARTINS AZEVEDO em 11/06/2018 10:37:57

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Protocolo: J2018070000807 - Código de autenticação: 31e5371d45f532d24c4d7300b4e33b



Página 1 1



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) Adriol Lucas Amaro de Oliveira
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 240802699530 e do CPF nº
700.924.524-32, residente e domiciliado(a) na

Rua: Chico Pereira, 12

Planoalto 13 de maio, Jussara RN DECLARA nos termos
da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios
que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE
COBRANÇA, perante a Comarca de _____. Afirma ainda,
ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não reúne a verdade dos
fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

_____/RN, ____/____/____.

Adriol Lucas Amaro de Oliveira
DECLARANTE



RAPHAELLA CABRAL

ADVOCACIA

NOME: *Adriel Lucas Amaro de Oliveira*

NACIONALIDADE: *Brasileiro*

PROFISSÃO:

ESTADO CIVIL: *Solteiro*

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS: *700.924.581-32*

REGISTRO GERAL: *240.802.688.530*

ENDEREÇO: *Rua Chico Pereira, N 12, Planalto JS de Maringá, Mossoró - RN.*

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui sua bastante procuradora a advogada **RAPHAELLA DAYANNA CORTÊZ CABRAL**, brasileira, solteira, inscrita na OAB sob o número, 11.818/RN, com endereço profissional na Rua João Pessoa, nº 267, Edifício Empresarial Cidade do Natal, Sala 418, Bairro Cidade Alta, Natal / RN, CEP: 59025-500, aos quais confere amplos poderes "**AD JUDICIA ET EXTRA**", podendo representá-lo(a) em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Autárquicas, podendo propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, fazer levantamento de quaisquer importâncias que forem pagas a qualquer título, depósitos em Bancos ou Caixas Econômicas, prestar primeira declarações em inventários ou arrolamentos, bem como, prestar compromissos de inventariante, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta com ou ser reservas de iguais poderes, bem como, constituir Preposto em casos diferenciados, dando tudo por bom, firme e valioso e especial, agindo em conjunto ou separadamente.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Neste mesmo ato, informa o Outorgante compactuar com o pagamento no percentual de 30% sob todos os ganhos e vantagens do processo.

Natal/RN, *21* de *dezembro* de 2018

Adriel Lucas Amaro de Oliveira
ASSINATURA



RAPHAELLA CABRAL

ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE.**

ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA, brasileiro, portador de cédula de identidade nº 240.802.699.530 - SSP/RN e CPF nº 700.924.584-32, residente e domiciliada na Rua chico pereira, nº 12, Bairro planalto 13 de maio, Mossoró/RN, CEP: 59600-000, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço abaixo em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante Vossa Excelência, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
(COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, expondo e requerendo ao final o seguinte:



I. DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora pretende a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50 e suas modificações, por ser pessoa de poucas posses, não possuindo nenhuma renda fixa, portanto não apresentando condições de suportar com custas e processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e o de sua família.

II. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E PERÍCIA MÉDICA

Por se tratar de uma Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, já se encontra consolidado que faz-se necessária a marcação de perícia médica para averiguação da sequela médica.

Do mesmo modo também é de conhecimento do meio jurídico que a Seguradora Líder não realiza acordo de pagamento em audiências de conciliações, sendo assim, a parte autora dispensa a marcação com o objetivo de garantir a celeridade processual. Entretanto, caso Vossa Excelência entenda essencial à realização da audiência de conciliação, que esta seja designada após a perícia médica.

III. DOS FATOS

Na data de 23 / 05 / 2018, por volta das 17h30min, o autor vinha pilotando o veículo citado no boletim de ocorrência anexo, quando um outro veículo entrou na frente e colidiu com o autor, vindo a cair no solo e sofrer várias lesões.

Em decorrência do impacto sofreu variadas lesões, foi conduzido(a) por populares ao UPA Belo horizonte e após ao Hospital Tarcísio Maia, apresentando **FRATURA EXPOSTA**, conforme se faz prova com o Prontuário de Atendimento Médico em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrente de acidente de trânsito, requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora não realizou nenhum pagamento ao autor, conforme recibo em anexo, sem nenhum motivo aparente.

O fato é que no processo administrativo não houve a gradação adequada da invalidez.



O autor impugna o pagamento administrativo realizado pela demandada, por absoluta falta de transparência, critérios médicos científicos que possa aquilatar, mensurar o quantum devido, sendo que, neste sentido o art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74, é claro ao determinar que o pagamento devere ser quantifica em obediência a tabela fixada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer contra as decisões administrativas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou seja, tratando-se de DPVAT, a vítima é obrigada a receber os valores pagos / ou não receber pela autarquia sem que possa discutir sobre o quantum, numa total afronta a determinação legal fixada na norma jurídica.

A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros ilegais, para definir do ponto de vista administrativo o valor a ser pago aos beneficiários, tratando-se de pagamento administrativos estes desafiam a Lei nº 11.945/2009.

Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº. 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra o dia 16 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória nº. 340/2006 (29/12/2006), aplica-se a primitiva redação da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei nº. 11.482/2007. Destarte, deve as seguradoras conveniadas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, não sendo lícito, a autarquia ré, pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização, das instituições em especial do Ministério Público, ou, Polícia Judiciaria, quanto aos critérios de pagamento às vítimas de acidente de transito em nosso país.



IV. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

É importante esclarecer que a parte autora ingressou na via administrativa, como cumprimento de requisito, e não recebeu nenhum valor, conforme documento de comprovação anexo.

V. DO DIREITO

- **Indenização Referente Ao Seguro Dpvat / Pagamento Mediante Simples Demonstração Do Acidente / Inteligência Da Lei Mº 6.194/74**

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os Artigos 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em



um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Ao contrário de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no Art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescentados)

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.



Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

Resolvi este tema, adentramos sobre o Dano causado pelo acidente em questão. Desse modo, sendo a Invalidez Permanente a perda ou a redução da funcionalidade de um membro ou órgão, é preciso que, na alta médica definitiva, seja comprovado que a recuperação ou reabilitação da área afetada é inviável.

A Invalidez Permanente pode ser total ou parcial, subdividida em parcial completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, de acordo com a Tabela prevista na Lei 6.194/1974, alterada pela Lei 11.945/2009.

Diante disto, não restam dúvidas de que a parte autora deve ser indenizada de maneira adequada pela ré através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos legais e o dano comprovado após perícia médica.

VI. DOS PEDIDOS

Perante o Exposto,

Requer a Vossa Excelência:

- a) Que seja concedido o Benefício da Justiça Gratuita, uma vez que a Parte Autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) Que seja citada a Requerida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que Vossa Excelência entenda pela não realização da audiência de conciliação, em razão de desinteresse das partes e em pro da celeridade processual, mas se entender essencial, que a designe após a realização da perícia médica;
- d) Que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a parte autora, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a Seguradora Líder (Convênio nº



01/2013 de 22 de agosto de 2013 – doc. anexo), bem como a juntada dos requisitos, os quais seguem ao final desta inicial;

- e) Que seja Julgada Procedente a presente demanda, devendo a parte requerida ser condenada ao pagamento de indenização do seguro dpvat no tocante a diferença entre o valor recebido administrativamente indicado e o determinado através de perícia médica, caso haja, acrescido de juros de mora a partir da citação e correção monetária desde o evento danoso;
- f) Que seja a parte requerida condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação e custas processuais.

Pugna a parte autora pela produção de prova pericial e a juntada de processo administrativo.

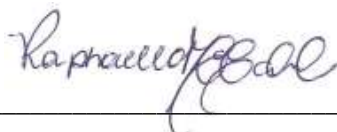
Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitido, inclusive com a juntada de documentos médicos, prova pericial para que seja constatada a debilidade da parte autora, apresentando ao final quesitos a serem respondidos por ocasião da perícia.

Dar-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhos reais).

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal/RN, 06 de novembro de 2020.



RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN N.º 11.818



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1. O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.
2. DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?
3. DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADA).
4. EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?
5. Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró

Processo nº 0817860-59.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de PROCEDIMENTO COMUM (7) distribuída para este d. juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró.

De início, observo que a relação jurídica em questão envolve somente particulares e pedido relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Ora, é sabido que só compete às Varas da Fazenda Pública de Mossoró, processar e julgar as ações em que o Estado, os Municípios da Comarca ou suas autarquias e fundações forem interessados como autores, réus, assistentes ou oponentes, exceto nos casos de falência e sucessões, o que não é o caso dos autos, daí porquê não compete a este órgão jurisdicional processar e julgar a presente ação.

Ademais, com a entrada em vigor da Resolução 26/2018-TJ, de 19/09/2018, a 5ª e 6ª Varas Cível da Comarca de Mossoró passaram a ter a seguinte competência privativa:

“Art. 12. Fica alterada a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, renomeada para 5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró para, por distribuição com a 6ª Vara Cível de Mossoró:

I – processar e julgar feitos relacionados com o Seguro DPVAT;

Ante o exposto, **DECLINO** a competência para a 5ª ou 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, a quem compete julgar o presente feito, por distribuição legal.

Proceda-se com a redistribuição do feito através do sistema PJe.



À Secretaria para as providências devidas.

P.I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, data registrada no sistema.

ADRIANA SANTIAGO BEZERRA

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró

Processo nº 0817860-59.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: ADRIEL LUCAS AMARO DE OLIVEIRA

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de PROCEDIMENTO COMUM (7) distribuída para este d. juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró.

De início, observo que a relação jurídica em questão envolve somente particulares e pedido relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Ora, é sabido que só compete às Varas da Fazenda Pública de Mossoró, processar e julgar as ações em que o Estado, os Municípios da Comarca ou suas autarquias e fundações forem interessados como autores, réus, assistentes ou oponentes, exceto nos casos de falência e sucessões, o que não é o caso dos autos, daí porquê não compete a este órgão jurisdicional processar e julgar a presente ação.

Ademais, com a entrada em vigor da Resolução 26/2018-TJ, de 19/09/2018, a 5ª e 6ª Varas Cível da Comarca de Mossoró passaram a ter a seguinte competência privativa:

“Art. 12. Fica alterada a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, renomeada para 5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró para, por distribuição com a 6ª Vara Cível de Mossoró:

I – processar e julgar feitos relacionados com o Seguro DPVAT;

Ante o exposto, **DECLINO** a competência para a 5ª ou 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, a quem compete julgar o presente feito, por distribuição legal.

Proceda-se com a redistribuição do feito através do sistema PJe.



À Secretaria para as providências devidas.

P.I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, data registrada no sistema.

ADRIANA SANTIAGO BEZERRA

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Registro Ciência





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0817860-59.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 9 de dezembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito, Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0817860-59.2020.8.20.5106

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 9 de dezembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito